

Ditadura Militar e Estudantes: O uso do direito como arma contra o movimento estudantil - 1964 a 1979.Sarah Almeida K. V.¹Andrew Patrick Traumann²

Resumo: O presente artigo possui como fim a investigação do direito usado como arma de repressão pelo estado contra estudantes e professores durante o Regime Civil-Militar brasileiro (1964-1979). Entendendo que o período em questão foi extremamente prolífico no que concerne a produção normativa pelo Poder Executivo, a pesquisa parte da questão: Quais mecanismos legais foram usados na repressão do movimento estudantil e dos professores durante a ditadura militar? Buscamos respondê-la através de uma abordagem qualitativa dos dados, mesclando um método de investigação histórico e comparativo, ao analisar eventos icônicos e a produção legislativa do Regime. Para compreender a estrutura legal do período histórico pesquisado, foi realizada pesquisa bibliográfica de leis, decretos, atos institucionais e demais normas geradas; além disso, a pesquisa documental quanto a relatórios produzidos por ASI's - Assessorias de Segurança e Informações, e DSI's - Divisões de Segurança e Informação, além de entrevistas, pessoais e não estruturadas, com pessoas que foram estudantes, secundaristas e universitários, no período.

Palavras-chave: Ditadura, Estudantes, Repressão, 1964, 1968.

Abstract: This article aims to investigate the law used as a weapon of repression by the state against students and teachers during the Brazilian Civil-Military Regime (1964-1979). Understanding that the period in question was extremely prolific with regard to normative production by the Executive Branch, the research starts from the question: What legal mechanisms were used in the repression of the student movement and teachers during the military dictatorship? We seek to answer it through a qualitative approach to the data, mixing a method of historical and comparative investigation, when analyzing iconic events and the legislative production of the Regime. To understand the legal structure of the researched historical period, a bibliographic search of laws, decrees, institutional acts and other generated norms was carried out; in addition, the documentary research regarding reports produced by ASI's - Security and Information Advisors, and DSI's - Security and Information Divisions, in addition to interviews, personal and unstructured, with people who were students, high school students and university students, in the period.

Keywords: Dictatorship, Students, Repression, 1964, 1968

Recebido em: 24/01/2020

Aprovado em: 25/03/2020

¹ Acadêmica do curso de Direito – Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curitiba – PR. email: sarahktva@gmail.com

² Professor orientador no Curso de Relações Internacionais do UNICURITIBA. E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

Introdução

"O que é a lei?", indaga uma personagem no curta metragem "Manhã Cinzenta", de 1969, dirigido e escrito por Olney São Paulo. O filme conta a história de dois estudantes universitários que organizam uma manifestação estudantil e sindical contra um regime totalitário ficcional, os protagonistas são presos, torturados e julgados por um robô. O diretor, que posteriormente foi preso e, ele mesmo, torturado pela ditadura militar brasileira, apresenta metaforicamente o Direito como era no regime, o juiz robô que não sabe o que são os "métodos chineses de alfabetização das massas", condena aos personagens e simboliza mais do que uma mera iniquidade dos magistrados que trabalhavam para o regime.

Além de personagens, os estudantes presos no curta, eram arquétipos de fácil localização no Brasil da segunda metade do século XX, professores e estudantes universitários que olhavam apaixonados para revoluções proletárias, inspiravam-se nas palavras de Marcuse e acreditavam que era deles a responsabilidade pelo estopim da revolução, que mais tarde seria seguida pelos operários. Conforme justificou Zuenir Ventura anos depois:

Conciliando Marx e Freud, ele [Marcuse] fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, já que o papel de vanguarda da revolução - ele dizia - se transferira [sic] da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias raciais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes. (VENTURA, 1988, p.69)

Essa sensibilidade político-social entre os estudantes era tendência presente em todo o mundo, e manifestou-se, de maneiras distintas, nos EUA, Europa e América Latina. Em geral, os jovens tinham um posicionamento revolucionário, variando entre mais progressista, liberal ou conservador. No Brasil, em virtude dos aspectos sócio-culturais específicos em que o país estava imerso, o movimento estudantil, em sua maioria, apresentou tendências à esquerda do pensamento político do Regime:

Efetivamente, em 1964, os jovens brasileiros, especialmente os universitários, seguindo a tendência internacional, encontravam-se imersos num progressivo processo de politização em direção ao espectro [sic] político da esquerda, o que os constituía como um dos setores da população mais receptivos [sic] às ideias progressistas, radicais e marxistas socialistas. Assim, maioritariamente [sic], sentiam-se atraídos por algum tipo indefinido de socialismo capaz de levar a cabo as reformas que o Brasil necessitava, baseadas na justiça e equidade social; Por sua vez, os que se mostravam mais próximos ao estilo soviético constituíam uma minoria pouco significativa, ao contrário das apreciações do regime militar. Da mesma forma, manifestavam insatisfação, indignação e notável preocupação face aos problemas agrícolas do Nordeste do país, mais que os próprios agricultores, protagonistas da sua condição e situação. (HUERTA, 2018, p. 53-54).

Dessa forma, e na ausência de ameaça comunista real que legitima-se suas barbáries, o regime militar adotou como inimigos: padres, parlamentares, sindicalistas, quilombolas, estudantes, professores e todos aqueles que se opunham à ditadura. Graças às suas normas autoritárias, temos acesso público aos rastros de destruição legalizada gerada pelo Estado, uma vez que, criou mecanismos específicos para reprimir cada um dos grupos opositoristas, podemos “isolar” aqueles gerados visando a perseguição do M.E - movimento estudantil, e esboçar um retrato do aparato autoritário.

A Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964 com a deposição a força do então presidente João Goulart, foi até certo ponto legalista, sempre tomando o cuidado de criar subterfúgios nas leis que a escusava de suas maiores crueldades. Em certo momento, inclusive, legalizou as penas de morte e banimento em caso de subversão:

CONSIDERANDO que a tradição jurídica brasileira, embora contrária à pena capital, ou à prisão perpétua, admite a sua aplicação na hipótese de guerra externa, de acordo com o direito positivo pátrio, consagrado pela Constituição do Brasil, que ainda não dispõe, entretanto, sobre a sua incidência em delitos decorrentes da guerra psicológica adversa ou da guerra revolucionária ou subversiva;

(...)resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º - O § 11 do art. 150 da Constituição do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150 -

§ 11 - Não haverá pena de morte, de prisão perpétua, de banimento, ou confisco, salvo nos casos de guerra externa psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva nos termos que a lei determinar. Esta disporá também, sobre o perdimento de bens por danos causados ao Erário, ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício de cargo, função ou emprego na Administração Pública, Direta ou Indireta." (BRASIL, Ato Institucional nº 14, 1969) (Grifo nosso).

Da série de atos institucionais (17 ao todo) até portarias do MEC - Ministério da Educação e Cultura, diversas medidas foram adotadas para cercear a liberdade, caçar e eliminar estudantes, em ataques sistemáticos à educação que começam com decretos que extinguem instituições de ensino superior (DL nº 53.884 e 53.885, de 1964); seguem com a Lei Suplicy de Lacerda (LEI nº 4.464, de 1964), nomeada em referência ao então Ministro da Educação, que torna ilegal a UNE - União Nacional dos Estudantes, e proíbe qualquer tipo de manifestação política em organizações estudantis, minando toda organização existente do ME - Movimento Estudantil; e culminam com o AI-5, e suas complementações, por meio do DL nº 477, de 1969 e AC nº 75, do mesmo ano, que legalizam os expurgos de professores e estudantes que possuem “comportamento subversivo”.

Além disso, o regime promoveu grandes mudanças estruturais nas políticas públicas de educação, com a implementação do acordo realizado pelo MEC com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* - USAID), visando impedir o avanço do pensamento “comunista”, o ciclo de educação básica foi reduzido em um ano, o currículo escolar passou a focar na preparação de mão-de-obra barata, excluindo matérias como filosofia, latim e história da grade, tornando obrigatório apenas o ensino de uma língua estrangeira - o inglês, e reduzindo os investimentos públicos na educação em vistas de um suposto investimento dos setores privados na pesquisa científica universitária - coisa que nunca ocorreu.

De fato, nada mais pertinente aos artistas do que tratar em suas obras a Ditadura Militar como ficção científica, pois ante tanta irracionalidade e violência, é difícil crer que tudo isso se passava, tanto à época, quanto hoje ao olharmos para o passado além da transição democrática, contudo, não há como argumentar que a junta militar “revolucionária” agia de

maneira diversa, uma vez que ela própria produziu os documentos que a condenam historicamente.

Em uma perspectiva jurídica, as aberrações do Regime eram todas justificadas posteriormente, atirando antes de perguntar, o Estado praticava seus atos terrorista e em seguida legislava os legalizando. Investidos por alegado poder revolucionário, editavam os chamados atos institucionais que estavam acima da constituição de 1946 e posteriormente acima da constituição de 1967, encomendada pelo Regime, mas que não satisfazia o sadismo dos membros da "linha dura":

Dada a longevidade do regime militar (21 anos), a parafernália legal é enorme. O regime militar tinha a obsessão de legalizar todos os seus atos, como se a existência de uma norma fosse uma espécie de salvo-conduto. O número de decretos é fabuloso. (VILLA. 2011, p. 102.)

Dessa forma, podemos entrelaçar os fatos históricos mais icônicos diretamente com os diplomas legais editados no período; o uso do direito como instrumento de manutenção do poder dominante e, por conseguinte, reação aos movimentos sociais que abalam o *status quo*, por vezes é quase subliminar, como na edição da Lei Suplicy de Lacerda, que não proíbe expressamente a UNE, mas ao omitir-se quanto à união a extingue, ou escandalosa, como no acordo MEC-USAID e sua relação direta com o alinhamento político-econômico do regime na guerra-fria.

Analisaremos, esses e outros, atos do regime em sua conjuntura histórico-social ao longo dos anos, em seções repartidas conforme o presidente da República de cada período, em razão da brevidade do mandato do primeiro presidente após o golpe - Ranieri Mazzilli, seu período de governança é visto junto ao de seu sucessor - Castelo Branco.

1. 1964-1967: Os governos de Mazzilli e Castelo Branco - Presidência vaga:

Na noite de 31 de março de 1964, um esquema entre militares insatisfeitos e parlamentares ambiciosos levou à imposição de que o então Presidente da República, João Goulart, o Jango, renunciasse, coisa que ele não fez, e levou a uma série de tentativas de seus apoiadores de convencerem a Goulart de iniciar uma guerra-civil. Como não era adepto a dispor de força para fazer valer sua posição, Jango optou por ir para sua casa no Rio Grande do Sul, e lá se encontrava, quando na madrugada do dia 02 de abril de 1964, o então Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade proferiu, provavelmente suas únicas palavras que entraram para a história:

Atenção! O Senhor Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala. Numa hora gravíssima da vida brasileira, em que é mister que o chefe de estado permaneça à frente de seu governo. Abandonou o governo, e essa comunicação faço ao Congresso Nacional. Esta acefalia [pausa] esta acefalia configura, a necessidade do congresso nacional, como poder civil, imediatamente tomar a atitude que lhe cabe nos termos da constituição brasileira, para um fim de restaurar nesta pátria conturbada, a autoridade do governo e a existência de governo, não podemos permitir que o Brasil fique sem governo, abandonado! Nós sob a nossa responsabilidade à população do Brasil, o povo, à ordem! **Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República! E nos termos do artigo 79 da Constituição, declaro Presidente da República o Presidente da Câmara dos deputados Ranieri Mazzilli! A sessão se encerra!** (ANDRADE, 1964) (Grifo nosso).

A despeito dessas efusivas emoções políticas que corriam em Brasília por aqueles que encabeçavam a democracia, nas trincheiras urbanas estudantes, secundaristas e universitários, já lutavam corpo-a-corpo com o regime autoritário desde sua alvorada.

A população não ignorava o fato de estar em processo um golpe, tanto por isso, já no fatídico dia 31 de março, estudantes da FND - a Faculdade Nacional de Direito (RJ) aguardando um ataque do grupo CCC - Comando Caça Comunistas³, realizaram uma vigília em um dos prédios da faculdade, com finco de impedir que o patrimônio fosse depredado,

³ <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-de-caca-aos-comunistas-ccc>>
Acesso em: 17/08/2019

apesar de resistirem durante a noite, acabaram sendo retirados à força pelo exército no dia 1º de abril, na sequência o DA - Diretório Acadêmico, da faculdade foi fechado, e os seus membros indiciados no chamado IPM do CACO - Centro Acadêmico Cândido de Oliveira .

No mesmo dia 1º de abril, o Exército invadiu, a mando de Jarbas Passarinho, a UAP - União Acadêmica Paraense, em Belém, e prendeu seu então Presidente, o estudante de Direito, Pedro Galvão, que seria mantido no Quartel General da 8º região militar por 50 dias. Além da depredação do prédio da UAP, houve, também a extinção da união que só foi reconstruída no ano de 2007.

Um dos ataques mais duros sofridos pelo ME naqueles primeiros momentos do regime foi o incêndio criminoso do prédio sede da UNE - União Nacional dos Estudantes. O 132, da Praia do Flamengo era, antes de sede, símbolo do movimento estudantil, tendo sido “dado” por Getúlio Vargas à entidade em 1942. Desde então era ponto de convergência para grande parte do ME. Na noite de 31 de março membros do CPC - Centro Popular de Cultura, da UNE, reuniram-se no prédio em vigília, conforme relatou o poeta Ferreira Gullar anos depois:

Nós, do CPC e da direção da UNE, nos reunimos e tomamos a iniciativa, que foi a proposta do CPC, de ficar em vigília na sede da UNE, e de convocar a intelectualidade para a sede da UNE. Nós fizemos isso. Na noite do dia 31 de março convergiram para a sede da UNE intelectuais e artistas de tudo quanto é área: da música, do teatro, do cinema, da literatura. E o objetivo era, ao mesmo tempo, ficar alerta com relação ao que estava acontecendo, mobilizar a opinião pública e ver o que fazer diante do desfecho, do andar do golpe. (GULLAR, 2004, apud PORTILHO, 2010, p. 50-51)

A vigília foi frustrada pelo ataque do MAC - Movimento Anticomunista⁴, grupo de estudantes reacionários contrários à UNE, que provocou o incêndio. Ao passo que o fogo começou os membros do CPC fugiram do local e ninguém se feriu. A real brutalidade do modus operandi do Regime Militar já era visível naquele dia da mentira de 1964, o exército matou o estudante Antônio Carlos Silveira Alves, com um tiro na cabeça dentro da FNFi -

⁴ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-anticomunista-mac>> Acesso em: 16/08/2019.

Faculdade Nacional de Filosofia (RJ), e dois estudantes Pernambucanos na cidade de Recife, Jonas José de Albuquerque Barros (17 anos de idade) e Ivan Rocha Aguiar (23 anos de idade), que participavam de uma passeata contra o golpe. Sobre o contexto da morte dos estudantes Jonas e Ivan a Comissão Nacional da Verdade concluiu que:

Diante das circunstâncias do caso, pode-se concluir que *Ivan Rocha Aguiar morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro* (...)

(...) conclui-se que a *vítima [Jonas José de Albuquerque Barros] foi executada por agentes do Estado brasileiro, no dia 1o de abril de 1964, no Recife*, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. (CNV. 2014, v. 3, p. 108/111) (Grifo nosso).

A violência prosseguiu veemente contra diversos grupos sociais e se escalou ao passo que o Regime foi se oficializando. Em 9 de abril, passou a vigor o primeiro AI - Ato Institucional, que mais tarde passaria a ser chamado de AI-1, em razão da edição de seus “sucessores”. Por possuírem suposto poder Revolucionário, a junta militar editou o ato com poderes acima da constituição de 1946, então vigente. De tal forma, as ações que antes podiam ser atribuídas a grupos mais violentos do exército foram homogeneizadas e transformadas em regra. No mesmo dia ocorre a primeira invasão militar da UNB, na qual foram detidos 13 professores, a Universidade voltaria a ser invadida várias vezes.

Conforme amadurece, o Regime desmonta a educação. No dia 13 de abril, ao fim do breve governo de Ranieri, é publicada a Portaria 224 do MEC, que “suspendeu” o vice-reitor da UNB, Almir Godofredo de Almeida Castro, e designou em seu lugar Zeferino Vaz (anos depois, em 1973, Zeferino concederia um título *honoris causa* a Jarbas Passarinho).

Com os Decretos Lei nº 53885 e nº 53884, ambos de 13 de abril, ocorreu a extinção da UFSP e do ISEB⁵, um ataque direto à educação e apenas o início de uma série de medidas direcionadas ao empobrecimento do ensino público. Logo em seguida, no dia 15 de abril, o

⁵ <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>> . Acesso em: 17/08/2019.

exército toma publicamente o comando do país com a posse de Castelo Branco, após eleições indiretas, como Presidente da República.

Assim teve início a *Operação Limpeza*, a persecução sistemática e organizada de sujeitos contrários ao golpe, que levou à cassação, prisão, e exílio de diversos personagens nacionais, alguns notórios, tais como Florestan Fernandes, que há época era professor na FFCL - Faculdade de Filosofia, da USP. Florestan foi preso em 8 de setembro, após protestar contra a instauração de um IPM - inquérito policial militar, na faculdade que visava investigar atividade subversiva de professores, entre os investigados estavam: o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, João Cruz Costa, e o próprio Florestan. Cruz Costa chegou a ter sua prisão decretada por alegado envolvimento com Soviéticos. Dessa forma, a operação consistia em vários:

(...) mecanismos para neutralizar, através de diferentes formas de controle, vigilância, censura e violências de distinto tipo, aos setores da população mais progressistas, particularmente aos socialistas e comunistas, e a todos aqueles que, simplesmente, discordam das programáticas do regime militar; o que ficou conhecido como Operação Limpeza. (HUERTA. 2018. p. 52)

A instauração de inquéritos e prisões de membros do corpo docente aconteciam em todo o Brasil, chegando a prisões de professores em sala de aula e expurgos de Reitores. A Comissão Nacional da Verdade identificou 8 reitores afastados de seus postos em Universidades durante a operação limpeza, por razões diversas mas semelhantes:

Dois tipos de motivação estiveram presentes nos afastamentos de dirigentes universitários: alguns, por serem considerados *persona non grata* pelo regime recém-instalado, caso da Universidade de Brasília (UnB); e outros, por começarem a colocar obstáculos às ações repressivas. Nesse caso, o afastamento visou facilitar o processo de expurgo de docentes e estudantes. (CNV, 2014, v. 2, p. 269).

O golpe de morte ao M.E chegou no fim do ano de 1964. Com a edição da Lei 4.464/64, apelidada com o nome do então Ministro da Educação e autor do projeto, Suplicy de Lacerda, aprovada em outubro e publicada em novembro, jogou a UNE, UME, UBES, e UEEs na ilegalidade. Além de proibir a greve e qualquer tipo de atividade política às organizações representantes do corpo estudantil:

Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. (Brasil, 1964)⁶

No ano seguinte - junho de 1965, todo o sistema de educação sofreria pesadamente com a celebração do acordo MEC-USAID, contudo o movimento estudantil permaneceria na ignorância quanto a isto até 1966.

Em 9 de outubro de 1965, a UNB sofre sua segunda invasão, após a demissão de um professor e uma funcionária acusados de subversão, os alunos entraram em greve, o Reitor, Laerte Ramos de Carvalho, solicitou então que a polícia interviesse no campus. A ocupação policial durou do dia 10 ao dia 11, ocorreu a prisão de vários professores, e o clima de tensão levou ao pedido de demissão em massa de 223 professores da Universidade em solidariedade aos presos e demitidos.

Ainda no mês de outubro de 1965, o governo militar baixou o AI-2, o qual, dentre outras medidas autoritárias, estende a competência da justiça militar aos civis. Os membros do D.A da FND que respondiam desde o fatídico dia 1º de abril de 1964 por crime contra a Segurança Nacional tiveram seu processo redistribuído para a Justiça Militar. Assim relembrou Tício Lins e Silva, um dos denunciados pelo IPM do CACO:

Em 64, os processos políticos iam para as varas criminais da Justiça comum. Depois do Ato Institucional nº 2, esses processos passaram para a competência da Justiça Militar. Os militares entenderam que a Justiça comum, dos magistrados civis, não eram "confiáveis". Os juízes militares, ao contrário, eram oficiais-generais que haviam participado do golpe, como Ernesto Geisel, Olímpio Mourão Filhos e outros. (SILVA, 2005, p. 85).

⁶Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16/08/2019

O ano 1966 começou com a edição de um terceiro Ato Institucional, no mês de fevereiro, que anuncia eleições indiretas para presidência da República que ocorreriam em outubro do mesmo ano. Em julho, no XXVIII CONUNE - Congresso da UNE, realizado na clandestinidade dos porões da Igreja São Francisco de Assis em Belo Horizonte, José Luís Guedes⁷ foi eleito Presidente da UNE:

Após a fase mais dura e intensa da Operação Limpeza e após o choque inicial da mesma, os alunos gradualmente recuperaram a sua capacidade operacional, os líderes de esquerda assumiram o seu papel como tal nas principais organizações, incluindo UNE, e estas retomaram a sua atividade acadêmica, política e social. Assim, por exemplo, a UNE, apesar do seu caráter clandestino continuou na vanguarda da resistência estudantil e logrou desenvolver os seus XXVIII e XXIX Congressos Nacionais, celebrados, respetivamente [sic], em 1966 (Belo Horizonte) e 1967 (Valinhos). (HUERTA. 2018, p. 55).

Por volta do meio do ano, veio a público o acordo MEC-USAID, que dentre outras medidas previa a cobrança de mensalidades em universidade públicas, os estudantes passaram então a realizar uma série de atos contra o acordo. No mês de setembro, 178 estudantes, que participavam de um congresso clandestino da UEE-SP e da UNE, foram presos. E no mesmo mês ocorreu o “Massacre da praia vermelha” no RJ:

(...)os estudantes elegeram o dia 22 como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. Nesse dia, os estudantes realizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro e, posteriormente, cerca de 600 universitários se reuniram na Faculdade de Medicina da UFRJ, no seu campus da Praia Vermelha. Os estudantes ficaram cercados pela polícia durante horas e alguns parlamentares tentaram negociar uma saída pacífica para o grupo. Porém, na madrugada do dia 22 para 23 de setembro, a polícia invadiu a Faculdade de Medicina e expulsou os estudantes com violência. O episódio ficou conhecido como o “Massacre da Praia Vermelha”. (CNV, 2014, v. 2, p. 272).

⁷ <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guedes-jose-luis>>. Acesso em: 18/06/2019

Em 3 de outubro foi eleito indiretamente, Artur da Costa e Silva à Presidência da República, e seu vice, o civil Pedro Aleixo, em seu governo, o Regime ficaria dividido em um dilema entre os “Linha dura” e os “Sorbonne”, os estudantes e um deputado seriam o bode expiatório usado para dar cabo do dilema.

Ao fim de seu mandato Castelo Branco, que era adepto da crença de que quanto mais leis fossem criadas maior seria a legitimidade da “revolução” de 1964, manteve seu ritmo legislativo frenético. Em Dezembro, o Regime edita um novo ato institucional, AI-4, que prevê a criação de uma Constituinte.

O anteprojeto da Constituição, de autoria do Advogado Carlos Medeiros Filho, era absurdamente autocrático e, apesar do pouco debate e nenhuma participação popular, sofreu sensatas mudanças pelo Congresso. A nova Constituição foi aprovada simultaneamente pelas mesas do Senado e da Câmara e promulgada em 24 de janeiro de 1967, 44 dias após sua convocação, pouquíssimo tempo - como comparativo, a Constituição Cidadã de 1988 levou dois anos para chegar em sua redação final.

A CF de 1967 é extremamente focada na organização do estado e ignora por completo direitos fundamentais, em grande parte reproduz *ipsis litteris*, isso é, nas mesmas palavras, a Constituição de 1946:

É ponto pacífico que o principal objetivo dessa constituição não era a garantia de direitos, nem a regulamentação do exercício de funções do Poder, nem imprimir um projeto ao Brasil, trata-se de uma das etapas fundamentais na busca de se institucionalizar o movimento de 1964. Portanto, um texto que só merece ser lembrado para que não se cometam novamente os mesmo erros. (JAROCHINSKI SILVA, 2011, p. 235)

Talvez um de seus trechos mais irônicos, o art. 168, IV, da Constituição de 1967 (idêntico até mesmo no numeral ao art. 168, da Constituição de 1946), garante a liberdade de Cátedra.

Em seu último mês de mandato presidencial, Castelo Branco assina o Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que extingue o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), criado após a Lei Suplicy de Lacerda de 1964, o DNE fazia as vezes da UNE, agora que essa última era ilegal. Em seu art. 20 o decreto dissolvia os diretórios estaduais⁸, e limitava os órgãos de representação estudantil às suas respectivas instituições de ensino.

2. 1967-1969: O Governo Costa e Silva - O período das grandes manifestações.

Em 15 de março de 1967, Costa e Silva assume a presidência da república, seus opositores o consideram um ignorante que se auto-intitulará ministro e que possuía como único passa-tempo fazer palavras-cruzadas.

Discorrer sobre cada conflito entre estudantes e forças estatais, ocorridos no governo Costa e Silva, de forma individual não será possível no espaço deste artigo. O período foi efervescente para ideais democráticos e a insatisfação com o Regime se põe à rua:

De 66, quando os estudantes voltaram com mais frequência às ruas para exigir mais verbas e o fim do acordo MEC-USAID, até 68, quando se tornaram habituais os choques com a polícia, a população das grandes cidades se acostumou àquela espécie de guerra campal que todas as semanas, quando não todos os dias, opunha as pedras dos estudantes aos cassetetes, balas, e bombas de gás da PM. A correria dos jovens na contramão dos carros - uma inovação estratégica daquele ano [1968] -, o cheiro de gás lacrimogêneo, o coro de “Abaixo a ditadura” pareciam incorporados à paisagem urbana daqueles tempos. (VENTURA, 1988, p. 91).

Por isso, os eventos a seguir apontados foram escolhidos com base na ideia de dimensão, não fazendo juízo de valor em questão de “importância”, portanto, e infelizmente, não será possível ater-se a todos os estudantes que tiveram suas vidas destruídas ou foram mortos pela ditadura ao participarem de manifestações, passeatas, assembleias, ou, por vezes, apenas por serem estudantes.

⁸ Art. 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado. (Brasil, Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967).

O primeiro evento a ser destacado, envolvendo confronto de estudantes com as forças militares, foi o que, o então estudante de geologia e futuro presidente da UNE, Honestino Guimarães, chamou de Massacre de Abril.

No dia 20 daquele mês de 1967, a UNB recebeu o embaixador dos Estados Unidos para a realização de uma solenidade na biblioteca da universidade. Revoltados com a presença 'imperialista', os estudantes começaram um protesto no salão da biblioteca, não tardou muito a PM ocupou o espaço. No frenesi os alunos tentaram fugir do local para não serem espancados/presos, mas um professor, Roman Blanco, teria trancado o salão. O saldo final do evento foram 76 alunos presos e vários feridos. Honestino escreveria uma carta à reitoria exigindo, em nome do corpo discente, que o professor Roman fosse exonerado, o que não ocorreu.

Em agosto a UNE realizou seu XXIX Congresso, novamente na clandestinidade, nas cidades de Vinhedo e Valinhos (SP), tendo sido eleito à presidência Luís Travassos, estudante de Direito da Universidade Católica de São Paulo, que vinha sendo procurado pela polícia, em razão de sua atividade enquanto presidente da UEE-SP.⁹ O Congresso foi encerrado na praça da Sé com ato dos estudantes, o jornal A Folha de São Paulo descreveu os eventos de 10 de agosto em sua edição do dia seguinte:

O DOPS e a Policia [sic] federal resolveram reforçar ontem o dispositivo de segurança que montaram para reprimir manifestações estudantis, aumentando os efetivos e redobrando a prontidão - mas o estudante Luís Travassos, presidente da União Estadual dos Estudantes, anunciava à noite que o 29º Congresso da entidade, proibido pelo governo, fora encerrado.

A UNE considerou encerrado o Congresso com o pequeno comício-relampago [sic] que conseguiu realizar ontem a tarde, na praça da Sé, longe da atenção da Polícia, e no qual o presidente Luís Travassos falou alguns minutos.

Todos os "carros de assalto" - 3 "tatus" e 2 "brucutus" - foram colocados defronte do edifício [sic] do DOPS, no largo Gen. Osorio [sic], preparados para saída de emergência [sic], e 100 investigadores do Departamento de Investigações foram requisitados para participar do esquema de alerta. Nos quartéis da Força Pública

⁹ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/travassos-luis>

[sic], tropas de choque e dezenas de viaturas permanecem em expectativa, o mesmo ocorrendo nos setores da Guarda Civil, Radio [sic] Patrulha e Policia Civil.

Às 19h30, agentes do DOPS invadiram a sede do Centro Academico [sic] Pereira Barreto, da Faculdade Paulista de Medicina, prenderam 6 estudantes e levaram um mimeografo [sic] e manifestos da UNE. Os universitarios [sic] detidos foram liberados às 22h, depois de interrogatorio [sic] na Delegacia de Ordem Política.

As faculdades de Filosofia da Universidade de São Paulo, Sociologia e Política e Filosofia de São Bento, da PUC, permanecem em greve, por motivos diferentes e especificos [sic]. (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 de agosto de 1967)¹⁰

As manifestações estudantis se intensificaram em número e volume durante o restante do ano de 1967, mas foi em 1968, após o assassinato do estudante Edson Luiz, que a maior manifestação estudantil do período militar ocorreu - A passeata dos cem mil.

Em 28 de março de 1968, uma habitual manifestação por melhorias no restaurante Universitário do Calabouço, organizada pela FUEC - Frente Unida dos Estudantes do Calabouço, foi invadida pela Polícia Militar, durante a intervenção e o corre-corre, o tenente Alcindo Costa atirou contra Edson Luiz, o estudante se tornaria um mártir:

Nascido em Belém do Pará, Edson Luiz Lima Souto pertencia a uma família pobre. Mudou-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de buscar melhores condições de vida e dar continuidade aos estudos secundários. Ao chegar à cidade, ainda sem ter onde morar, passou algumas noites em praças públicas e cadeiras de engraxate. Começou a trabalhar como faxineiro em uma cooperativa e matriculou-se no Instituto Cooperativo de Ensino, onde funcionava um restaurante conhecido como "Calabouço". Além de trabalhar e estudar, participava das manifestações pela melhoria das instalações da escola e do restaurante, frequentava assembleias do movimento estudantil e colaborava na confecção de jornais e murais. (CNV. 2014, v. 3, p. 224).

Durante a intervenção outro estudante, Benedito Frazão Dutra, ficou inconsciente e acreditou-se tratar-se de duas mortes, por isso, os presentes no Calabouço agarraram os

¹⁰ Disponível no Acervo online do banco de dados da Folha: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_11ago1967.htm>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

corpos de Edson e Benedito, visando impedir um sequestro dos cadáveres, e os usaram como aríetes para afastar a força policial. Com essa técnica conseguiram ir até a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Elinor Brito (apud. VENTURA, 1988, p. 107), então presidente da FUEC, lembraria o alvoroço “Eles queriam tomar o corpo da gente e impedir a entrada na assembleia. A gente disse ‘Tá morto, a gente bate com a cabeça do Edson na barriga dos policiais e eles vão recuando.’ E eles foram dando para trás.”

Ao chegarem na Assembleia Legislativa a sessão que estava em curso foi suspensa, e os deputados se juntaram ao tumulto, queriam enviar os corpos ao IML, os estudantes exigiam que a autópsia fosse realizada na Assembleia e os cadáveres só saíssem dali para o enterro. Durante o ínterim, Benedito recobrou a consciência após receber massagem cardíaca, e foi encaminhado ao hospital. Ao fim os estudantes conseguiram que a autópsia do único morto fosse realizada no ambulatório da Assembleia.

O Corpo de Edson permaneceu na Assembleia sendo velado por toda a noite do dia 28 e madrugada do dia 29, saindo apenas para ser enterrado pela manhã, acompanhado de um cortejo fúnebre de em torno de 50 mil pessoas, que gritavam “E se fosse um filho seu?”. O evento foi extremamente chocante para a classe média carioca, os jornais mesmo censurados, ainda não estavam submetidos à Lei da Imprensa (que seria criado apenas em 1970) e deram ampla cobertura, não houve tempo para que o Regime corrompesse a verdade, e Edson quando não retratado realisticamente, teve suas qualidades exageradas.

Sua morte foi condão para uma série de manifestações, protestos e passeatas por todo o país, as quais foram brutalmente reprimidas e sobrevieram mais mortes de estudantes pelas forças militares.

No 1º de abril - o Dia Nacional do Protesto, o Rio de Janeiro foi tomado por protestos, usando técnicas que vinham desenvolvendo ao longo dos anos de ditadura, os estudantes corriam na contra-mão do tráfico, faziam piquetes, e jogavam bolinhas de gude no asfalto para impedir o progresso da cavalaria da PM.

Visando controlar a situação Gama e Silva, então ministro da Justiça, determinou intervenção do 1º Exército, tendo sucesso na dispersão das massas, restando diversos civis

feridos e a morte de mais um estudante, David de Souza Meira, ferido por um tiro no peito, a CNV atribuiu seu óbito à cadeia de Comando da PM e do 1º Exército, porém não pôde determinar o agente que executou.

Em Goiás, o estudante e servente de pedreiro Ornalino Cândido da Silva, que participava de uma manifestação de repúdio à morte de Edson Luís, foi morto com um tiro queima-roupa pelas forças policiais. A Comissão Nacional da Verdade apurou que a PM confundiu Ornalino com o líder estudantil Euler Ivo Vieira, que era o verdadeiro alvo.

A onda gerada pela morte de Edson não dispersava, o medo fez com que Costa e Silva mudasse provisoriamente a sede do governo para Porto Alegre. Assim, Zuenir Ventura resume a revolta generalizada:

Em Fortaleza, o Serviço de Informações dos Estados Unidos, o Usis, era destruído por manifestantes; em Recife, 2 mil universitários realizavam [sic] uma passeata proibida; em Belém, estudantes eram retirados à força da universidade, fechada pelo reitor; em Natal, uma greve paralisava [sic] todas as faculdades; em Maceió, protestos; na Bahia, um estudante ferido por um policial revoltava a população; em Brasília, a universidade permanecia ocupada pelos estudantes e cercada pela polícia; em Minas, três estudantes eram [sic] baleados, um policial gravemente ferido por um paralelepípedo e um carro oficial incendiado; em São Luís, os muros amanheceram pichados “O Brasil é o novo Vietnã”. (VENTURA, 1988, p. 119)

Os sucessivos encontros violentos entre forças de segurança pública e estudantes estenderam-se por todo o ano. Ao fim de junho e início de julho de 1968, não haviam sinais de que as passeatas acabariam, com as emblemáticas “quarta-feira sangrenta” (19/06/64) e “sexta-feira sangrenta” (21/06/64) no Rio de Janeiro, a manifestação na praça José de Alencar no CE (24/06/64), a passeata dos 100 mil (26/06/64) e dos 50 mil (04/07/64), todas encabeçadas pelo movimento estudantil.

O Presidente Costa e Silva até aceitou receber uma comitiva de representantes eleitos na passeata dos 100 mil, para “debater” meios de sossegar os movimentos sociais, contudo a reunião foi inútil.

A ala mais “dura” do Exército não estava satisfeita com aquele “deixar fazer”, queriam impedir que as pessoas fossem às ruas se manifestar contra o regime, a repressão usada até então não era o suficiente, era preciso apertar mais.

O bode expiatório para enrijecer o sistema repressor começaria a se desenhar em 29 de agosto, quando a Polícia Federal invadiu a UNB - Universidade de Brasília, alegando ter como intenção a prisão de Honestino Guimarães, presidente da FEUB - Federação dos Estudantes Universitários Brasileiros.

Durante a invasão espancaram estudantes e professores, prenderam e atiraram contra um estudante que ficou em estado grave:

No segundo semestre de 1968 a UnB foi palco de nova invasão. Desde a morte de Edson Luís, os estudantes realizaram assembleias, suspenderam as aulas e declararam o campus como “Território Livre”. Segundo dados levantados pela Comissão da Verdade da UnB (CV/UnB), em 6 de junho os estudantes, em assembleia geral, decidiram expulsar o professor Róman Blanco e o agrediram com ovos e sob gritos de “dedo-duro fascista”. No final da manhã, um grupo de estudantes entrou na sala do professor e retirou seus livros e material didático. Em seguida, os estudantes se dirigiram ao seu apartamento, determinados a despejá-lo. Os pertences do professor foram retirados e colocados na área externa do prédio. A tensão com as forças da repressão se manteve até 29 de agosto, quando a UnB foi invadida pelas polícias militar, civil e política (DOPS) e por forças do Exército. Estudantes e até políticos, como o então deputado federal Santilli Sobrinho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-SP), ficaram detidos na quadra de basquete. O estudante Waldemar Alves foi baleado na cabeça e ficou meses hospitalizado em estado grave. (CNV, 2014, vol.3, p. 274-275)

Os vários políticos que se encontravam no lugar sofreram tal qual os estudantes, Mário Covas diria (Apud VENTURA, 1988, p. 193) “Dessa vez ninguém me contou, eu vi tudo. Foi Horrível”.

Nesse clima de horror parlamentar ante a brutalidade militar, que até então os estudantes sofriam no anonimato, o congresso nacional ficou polvoroso. Por isso, o deputado Márcio Moreira Alves no dia 02 de setembro subiu à tribuna inspirado, e proferiu seu

discurso mais polêmico e segundo ele mesmo (Apud VENTURA, 1988, p. 193) “Do ponto de vista do conteúdo, talvez tenha sido o meu pronunciamento menos importante”.

Moreira Alves exortou o povo a boicotar o sete de setembro e às mulheres a fazerem greve de sexo em retribuição à crueldade do exército. Seu discurso teria sido efêmero em tempos democráticos e nos tempos atuais renderia no máximo piadas na internet. Contudo, em 1968 ele foi uma faísca em um paiol, o pretexto perfeito:

Desde 68, armazenaram-se dezenas de indícios comprovando que naquela altura do ano as forças radicais, cada vez mais fortes dentro do governo, não mais abririam mão das medidas de exceção. A própria invasão da UNB fazia parte desse plano de empurrar o país a um impasse cuja solução levasse ao endurecimento. (VENTURA, 1988, p. 194)

Apesar de ter sido pouco noticiado, o discurso foi alvo de vários telegramas de militares insatisfeitos, visando torná-lo mais indignante do que de fato era. Ante o suposto ultraje gerado pelo discurso, em outubro, o PGR, Décio Meirelles de Miranda pediu a cassação de Moreira Alves no STF que enviou a solicitação à Câmara, conforme Rodrigo Patto Sá Motta:

Os ministros militares pediram a punição do deputado e o principal líder civil do governo (o ministro da Justiça Gama e Silva) encampou essa demanda, solicitando à Câmara dos Deputados que autorizasse o julgamento de Moreira Alves. A Constituição liberal-autoritária de 1967 previa a figura clássica da imunidade parlamentar, de maneira que somente com assentimento da Câmara seria possível julgar o deputado. A solicitação do governo criava situação potencialmente explosiva na relação entre Executivo e Legislativo. (SÁ MOTTA, 2018, p. 201)

Enquanto tramita o pedido de cassação de Moreira, o país esqueceu por completo do discurso, enquanto a tensão social aumenta. Mais manifestações e violência ocupam os meses de 1968.

Em 12 de outubro, ocorria o XXX Congresso da UNE, os estudantes acreditavam que passariam anônimos em um sítio no interior de SP, na cidade de Ibiúna. Contudo as forças policiais descobrem e impedem o congresso. Foram presos centenas de estudantes, dentre eles as lideranças do movimento estudantil, a UNE estava oficialmente encerrada.

Em 12 de dezembro de 1968, a Câmara de deputados votou o pedido de cassação de Moreira, com 216 votos a 141, além de 12 abstenções, o governo havia sido derrotado. O legislativo se impôs enquanto poder, mas deu aos “linha dura” exatamente o que precisavam, para levar a revolução até o fim.

Pressionado pelos radicais, em 13 de dezembro Costa e Silva editou o AI-5, o que fez segundo ele (Apud VENTURA, 1988, p.275) com verdadeira violência aos seus princípios e ideais. Dentre suas medidas, o AI-5 põe fim à garantia do Habeas Corpus e permite ao Presidente da República suspender os órgãos do poder legislativo.

A censura, prisões, perseguições, mortes e exílios, começam a levar muitos líderes do movimento estudantil, que passa a “hibernar”, muitos militantes desiludidos pelo golpe de morte que foi o fracasso do Congresso de Ibiúna e o AI-5, se juntam a grupos armados ou passam a contribuir timidamente com grupos de esquerda que estavam na ilegalidade.

Em fevereiro de 1969 o Regime ataca os estudantes e professores com a edição do Decreto Lei 477/69, que estabelece punições para atos subversivos nos estabelecimentos de ensino, sendo a demissão e proibição da contratação do professor ou funcionário subversivo por cinco anos, expulsão e proibição de matrícula por três anos aos alunos, perda do direito a bolsa de estudos por cinco anos e expulsão de intercambista, em seu art. 1º define, conforme:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL, 1969)

O Professor de Jornalismo da USP, José Marques de Melo relembra quando foi vítima do DL 477:

O meu processo foi baseado no Decreto-Lei 477, editado para punir docentes e estudantes universitários. A acusação formal era a de que eu havia publicado uma apostila "subversiva", na qual incitava meus alunos a se opor ao governo militar. A apostila, que circulou em várias universidades brasileiras e ganhou destaque internacional por sua inovação pedagógica, se intitulava *Técnica do lead*. Ela continha as anotações de aulas registradas pelos meus alunos do curso de jornalismo, tendo como ilustrações as notícias publicadas pela imprensa de prestígio nacional (que, aliás, estava sob o regime de censura prévia). As autoridades alegavam que, circulando fora do país, aquelas notícias "denegriam" a imagem internacional do nosso governo. O processo foi instaurado pela Reitoria da USP, que recomendou minha punição. Mas o Ministro da Educação, General Jarbas Passarinho, a quem cabia a decisão final, verificando que a denúncia era improcedente, me absolveu. Aqueles eram tempos conturbados, em que as instâncias inferiores nem sempre obedeciam as decisões superiores. Em São Paulo, os agentes de segurança vinculados à chamada "linha dura" desdenhavam as normativas do Governo instalado em Brasília. Acobertadas pelo comando do IV Exército, elas agiam nos porões da ditadura, contando com a conivência das autoridades civis, intimidadas, atemorizadas, acovardadas. Foi assim que, em 1974, dois anos depois de absolvido pelo Ministro da Educação, eu fui surpreendido com o ato assinado pelo então reitor da USP, Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, cancelando a vigência do meu contrato de trabalho na universidade. De nada adiantaram os recursos impetrados. Outros colegas da instituição foram vítimas de arbitrariedades semelhantes, sem direito a defesa, a indenização pecuniária e a ressarcimento dos direitos trabalhistas. Periodicamente, circulavam na USP listas de "indesejáveis" que a reitoria, candidamente, descontratava ou não contratava. Essa situação perdurou até 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia. (MELO, 2015, p. 307)

O intuito era sucatear o ensino, eliminando professores e alunos e fazendo com que todos tivessem medo de falar, pesquisa e ensino eram deixados em segundo lugar, o foco era servir ao Regime (SOUSA, MATOS e SUCUPIRA, 2015, p. 46).

Em agosto de 1969, Costa e Silva sofre um AVC, as forças armadas em pânico quanto à possibilidade de que seu vice-presidente um civil, Pedro Aleixo, viesse a assumir a presidência, baixaram o AI-12 no dia 1º de setembro, empossando provisoriamente uma junta, constituída por Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello.

A junta teve de lidar, apenas 3 dias após ser empossada, com o drama internacional gerado pelo sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, pelos guerrilheiros do MR-8.

O Movimento Revolucionário oito de outubro - MR-8, havia nascido no movimento estudantil, nos idos 1964, originário do DI-GB (Dissidência Guanabara) o MR-8 foi um daqueles grupos que tiveram sua radicalização ligada diretamente à repressão de Movimentos democráticos, “o refluxo do ME [Movimento Estudantil] e o AI-5 trouxera, a necessidade da luta armada para a ordem do dia” (NASCIMENTO, 2018, p. 83).

Com o sequestro do Embaixador Elbrick, o MR-8 negociou a libertação de presos políticos, na lista mandada para o governo figuravam José Dirceu, Luís Travassos e Vladimir Palmeiras, líderes estudantis presos em 1968.

Em razão da atividade do MR-8 o governo editou o AI-13, que criava a figura do banimento, e o AI-14 que tornava legal a pena de morte.

Em outubro de 1969, não havendo melhoras no estado de Costa e Silva, a junta militar baixa o AI-16, declarando vaga a presidência e vice-presidência, e marca uma nova eleição indireta, na qual Emílio Garrastazu Médici é eleito presidente, e Rademaker seu vice.

3. 1969-1974: O Governo Médici – A linha dura.

O governo Médici é em um só tempo período de ouro e chumbo (CORDEIRO, 2009, 92). Com o aprofundamento da ditadura e o “milagre econômico”, o governo conseguiu matar e torturar com uma eficiência nunca antes vista e com pouca insatisfação popular. Com a oposição relegada ao exílio ou à luta armada, a esquerda passa a sinônimo de terrorismo, o é Presidente Herói do País inebriado pela vitória da Seleção Brasileira de Futebol na copa de 1970. Conforme apurou a Comissão Nacional da Verdade em seu relatório final:

Com Médici, o regime ditatorial-militar brasileiro atingiu sua forma plena. Criara-se uma arquitetura legal que permitia o controle dos rudimentos de atividade política tolerada. Aperfeiçoara-se um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia uma vigilância permanente sobre as principais instituições da sociedade civil: sindicatos, organizações profissionais, igrejas, partidos. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia manifestações de opiniões e de expressões culturais identificadas como hostis ao sistema. Sobretudo, em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos, como a tortura e o assassinato. (CNV, 2014, vol.3, p. 102)

Para o movimento estudantil os anos de Médici foram de perseguição cerrada, nunca antes morreram tantos estudantes e tão pouca atividade estudantil foi vista, assim apurou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo:

Se formos analisar o ano de perseguição constata-se que a maioria dos estudantes morreu/desapareceu nos anos de 1972 e 1973, ou seja, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici. (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, tomo 1, parte 2, pg. 23)

No que concerne às políticas públicas de educação, durante o governo Médici há o fortalecimento do MOBREAL - Movimento brasileiro de alfabetização, programa criado pelo governo visando substituir o método de Paulo Freire, que era considerado uma técnica chinesa de alfabetização de massas. No livro Mobreal: Sua Origem e evolução, editado pelo governo Médici em 1973, o programa é apresentado com cifras irreais:

Entre setembro de 1970 e setembro de 1973, 4,9 milhões de adolescentes e adultos aprenderam a ler e a escrever nos cursos do MOBREAL, e o programa custou apenas um terço do que seria orçado pelos critérios internacionais. Tal como o recente êxito brasileiro nas taxas de desenvolvimento econômico, o MOBREAL não representa um milagre, mas o resultado de um trabalho árduo e pragmático. (BRASIL, 1973, p. 3) (Grifei)

Tal como os demais milagres do governo Médici o Mobral foi um fracasso. Criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o programa começa a gerar suas duvidosas cifras em 1970 quando passa por uma reformulação interna, ficou comprovado posteriormente que os números não correspondiam à realidade. Conforme Cunha e Góes expõe:

Se a taxa de analfabetismo de 1970 era de 33,6% para a população de 15 anos e mais, dez anos depois tinha baixado para 25,4%, ou seja, uma diferença de apenas 8,2%. Para uma barulhenta cruzada alfabetizada, que esperava uma "taxa residual" de analfabetos em 1980 inferior a 10%, era o fracasso proclamado aos quatro ventos. (CUNHA e GÓES, 1991, p. 51)

A repressão aumentou também a censura, com a Lei 1.077, de janeiro de 1970, que concede carta branca aos censores, em seu art. 1º, descreve que “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970).

Em março de 1970 o Regime enfrentou o sequestrou o cônsul Japonês Nobuo Okushi, pelo MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), em cooperação com o VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e a ALN (Ação Libertadora Nacional). O sequestradores pediram a libertação de cinco presos políticos.

Outros dois sequestros seguiram. Em junho, Ehrenfried von Holleben, embaixador da Alemanha Ocidental, sequestrado pelo VPR e ALN, é trocado por quarenta presos políticos, entre eles Fernando Gabeira, que havia sido preso em razão de sua participação no sequestro de Elbrick em 1969.

Em dezembro o embaixador suíço Giovanni Bucher foi sequestrado pelo VPR, em troca da liberdade de setenta presos políticos, entre eles Eduardo Leite - o Bacuri, que havia

participado do sequestro de Holleben, contudo sabendo que os guerrilheiros pretendiam pedir sua liberdade, os torturadores o mataram um dia após o sequestro. O embaixador permaneceu em cativeiro por quarenta dias, sendo libertado em janeiro de 1971.

Em 25 de março de 1971, ocorreu a primeira (e única) condenação à pena de morte legislada pelo AI-14. Theodomiro Romeiro dos Santos era um estudante secundarista de 19 anos que participava de ações do PCBR em Salvador/BA, em julho de 1970, ao ser preso pelo exército reagiu atirando e matou o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima, conforme Abal e Reckziegel escrevem:

Theodomiro e Paulo Pontes estavam de costas, não conseguiram fugir e foram agarrados por quatro homens. Os dois presos foram algemados um ao outro e jogados atrás do jipe juntamente com uma pasta de Theodomiro. Enquanto os militares ainda tentavam alvejar Getúlio, Theodomiro, com sua mão livre, pegou um revólver calibre 38 de dentro da pasta e disparou contra o sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima e o agente federal Amilton Nonato. Os demais policiais conseguiram dominar e espancar Theodomiro. Sem qualquer socorro, o sargento Walder acabou morrendo em decorrência dos ferimentos. (ABEL e RECKZIEGEL, 2018, p. 178)

O STM reduziu a pena em grau recursal, em razão da atenuante de idade inferior a 21 anos do agente, Theodomiro foi condenado à prisão perpétua, que conseguiu reverter em 1975, em recurso ao STF, para uma pena de 30 anos de reclusão. Em 1978 teve sua pena reduzida para 16 anos, fugiu da prisão em 1979, sabendo que não se beneficiaria da anistia, se tornou um exilado político no México (ABAL e RECKZIEGEL, 2018, p. 186).

Com a perseguição sistemática e uso de poderio expressivamente superior, a ditadura saí vitorioso frente às guerrilhas, com a morte de Carlos Lamarca (1971) não demora para que o VPR comece a se desestruturar, além disso, em três empreitadas ao Pará o governo massacra a guerrilha do Araguaia (1974). A já inexpressiva guerrilha brasileira está praticamente acabada em 1973, e o governo anuncia orgulhoso o desmantelamento do VPR.

Em março de 1973 a morte de um estudante comove tal qual ocorreu com Edson Luís em 1968. Em 15 de março, Alexandre Vannucchi Leme - o minhoca, estudante de geologia da USP, foi preso por sua atividade no ALN, mantido DOI-CODI sob tortura por dois dias veio a óbito (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014).

A imprensa censurada noticiou sua morte como um acidente, que Alexandre estava fugindo da polícia quando foi atropelado por um caminhão, seu corpo foi enterrado em cova rasa e a família só teve acesso aos restos mortais em 1983 (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014).

Em 30 de março, D. Evaristo Arns celebrou a missa do 7º dia de Alexandre, organizada pelos colegas de curso e divulgada no jornal o Estado de São Paulo, a missa reuniu 3 mil pessoas, muitos estudantes foram presos na saída.

Em 10 de outubro, Honestino Guimarães, presidente da FEUB e da UNE, que vivia na clandestinidade desde o AI-5 é preso uma terceira e última vez, nunca mais foi visto.

Em resposta à completa surdez interna o número de denúncias das torturas aumentam em nível internacional, com o PIB a 14%, o ruído do milagre econômico impede que a denúncia da Anistia Internacional (1972), do Papa Dom Paulo VI (1970), e dos exilados recebam a devida atenção.

Já em junho de 1973 Médici havia escolhido seu sucessor, Ernesto Geisel. As eleições indiretas eram mera formalidade que visava mascarar o caráter antidemocrático do regime, por isso o MDB lança Ulysses Guimarães como anticandidato, prevendo a derrota mas não querendo se excluir do jogo político.

Em janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral elege Geisel e seu vice Adalberto com 400 votos, contra 76 para Ulysses e Barbosa Lima (BAREL, 2007, p. 5). O General toma posse em março, tem início a decadência do Regime e, por conseguinte, sua abertura.

4. 1974-1979: O Governo Geisel– “Lenta, gradual e segura”.

Já no governo Médici havia se iniciado na ESG (Escola Superior de Guerra) uma discussão quanto à durabilidade da ditadura, quando seria o tempo de restaurar a vida política à sua normalidade? Geisel assume a presidência prometendo uma lenta, gradual e segura distensão, ou seja, um afrouxamento das políticas repressivas, contudo, não uma abertura. Adriano Nervo Codato escreve quanto ao governo Geisel:

Retrospectivamente, o governo de Ernesto Geisel (1974- 79) foi descrito como "pendular". Alternou ora ciclos de liberalização institucional, ora ciclos de repressão política. Para o general, a oscilação entre esses dois pólos não foi planejada como de resto pouquíssima coisa foi planejada no regime " revolucionário", tampouco resultou da relativa fraqueza de seu governo para impor o projeto imaginado por ele e pelo general Golbery do Couto e Silva para " normalizar" a vida política nacional.(CODATO, 1998)

Geisel era membro do setor "moderado" das forças armadas e seu governo é visto pelos linha dura como uma esquerdização do Regime (MARINHO e OLIVEIRA, 2015, p. 85). A abertura/distensão permitiu que setores antes acudados tais como o clerical e o estudantil retornassem a cena. Contudo não implicou no fim das torturas e desaparecimentos forçados. É no governo Geisel que ocorrerá o assassinato de Vladimir Herzog e de Zuzu Angel, aumentando a pressão internacional sobre o Regime.

Em junho de 1975, a demissão de vários professores levou à primeira greve estudantil desde o AI-5, alunos do ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP (SOUZA SANTOS, 2009, p. 108), ficaram paralisados até agosto, atrasando o início do semestre, um dos professores contratados para manutenção das aulas foi Herzog,¹¹ que pouco tempo depois seria assassinado pela ditadura.

A greve marcou um novo fôlego ao movimento estudantil, na UFBA - Universidade Federal da Bahia os estudantes entraram em greve duas vezes. A Primeira greve ocorreu em junho, restrita aos alunos de medicina durou 14 dias. A segunda greve ocorreu em setembro e se prolongou até outubro, com adesão de 90% dos estudantes de todos os cursos (SANTOS SILVA, 2016).

Ao longo de 1974 a 1976 o ME começa a se reestruturar com a eleição de diretórios acadêmicos, impulsionados pelas greves que focam em questões internas das universidades e pela missa do sétimo dia de Herzog, que reunirá 8 mil pessoas na praça da Sé.

¹¹ Disponível em: <<http://www.usp.br/agen/?p=223552>>

Tais fatos já sinalizavam o retorno do movimento estudantil às praças públicas, em 30 de março de 1977, é realizada a primeira passeata desde o AI-5. Dois mil estudantes da USP e PUCSP se manifestaram contra o corte de verbas na educação e aumento de taxas e anuidades.

A passeata, foi um ensaio para a manifestação que viria a ocorrer em 5 de maio de 1977, após a prisão de militantes do MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado, que entregavam panfletos “subversivos” no dia 1º de maio em São Paulo, os estudantes da USP e PUC juntaram-se mais uma vez agora para a passeata do viaduto do chá, na qual o ME levantou pela primeira vez desde o AI-5 a bandeira das liberdades democráticas.

Em 4 de junho a Ditadura iria impedir o III ENE - Encontro Nacional de Estudantes, de ocorrer em Belo Horizonte - MG. Com o objetivo de reestruturar a UNE, estudantes do Brasil inteiro estavam a caminho do BH, contudo o MEC proibiu o evento. O governo estadual tratou de proibir o acesso a todas as universidades e o exército frustrou a reunião impedindo o livre deslocamento pela cidade, com diversas blitz e ostensivo policiamento. Indignados alguns estudantes entraram e permaneceram em vigília dentro da Faculdade de Medicina da UFMG por toda a madrugada, após cercarem o prédio a polícia decidiu o invadir e prendeu todos os estudantes que participaram da reunião.

Apenas dois dias depois do frustrado ENE, a UNB seria novamente invadida pelas forças policiais. Em 19 de maio daquele ano os estudantes de todo o País saíram em atos no que intitularam “Dia Nacional da Luta pelas Liberdades, na UNB os estudantes promovem ato público contra a repressão e o reitor da universidade.

Para punir a manifestação, a Reitoria publica o Ato nº 167/77, de 20 de maio, 269 estudantes sofrem sanções pela paralisação das aulas, que duravam duas semanas. A reitoria não parou com uma punição, em 30 de maio, pública o Ato nº 173/77, punindo disciplinarmente 16 estudantes pelo ato público de 19 de maio (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, 2015, p.182-183).

Em 31 de maio os estudantes decidiram em assembleia deflagrar uma greve geral, em todos os cursos as atividades foram interrompidas, a presença da polícia no Campus era

constante desde o dia 1º de junho, contudo em 3 de junho o Reitor pediu para que fossem retiradas as tropas e declarou extraordinário no período de 06 a 08 de junho - em que a Primeira-Dama norte-americana, Rosalynn Carter estaria visitando Brasília. (Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, 2015, p.185).

Desta forma, em 06 de junho, a UNB foi invadida pela Polícia Militar, e centenas de estudantes presos. A ocupação militar do Campus e prisões reiteradas de estudantes se propagaram por todo os meses subsequentes. Em solidariedade ao eventos que ocorriam em Brasília, alunos de outras universidades de todo o País promoveram atos públicos.

Em 1978 demais setores da sociedade que estavam adormecidos desde de 1964 ou de 1968 com o AI-5, voltam à cena política, com a greve dos metalúrgicos do ABC Paulista o sindicalismo toma força, a despeito do pacote de Abril criado em 1977, que conquistou com a figura do senador biônico maioria Arenista no Senado, em 1978 a anunciada distensão política passou efetivamente a ocorrer (ALMEIDA, 2017, p. 8)

Novamente o ME marcou a aurora da resistência da sociedade civil ao Regime, conforme Dinorah Lopes Rubim Almeida aponta:

O movimento estudantil (ME) levou o movimento político de volta às ruas, ganhando a simpatia da população e o apoio de outros setores de oposição ao regime. Os estudantes denunciavam prisões políticas, torturas e defendiam causas importantes, como a Campanha pela anistia. (ALMEIDA, 2017 ,p. 10)

Em outubro de 1978, o ciclo mais cruel da ditadura chegaria ao fim, com a EC Nº 11, de 13 de outubro, todos os atos institucionais são revogados, dentre eles o AI-5. É a faísca inicial da redemocratização.

Com a eleição de Figueiredo a sucessão de Geisel, haverá a confirmação da abertura com a Lei de Anistia em 1979, e o movimento estudantil retoma suas forças com o XXXI CONUNE, o Congresso da Reconstrução, como ficaria conhecido, aconteceu em Salvador e marcou a nova fase com as devidas homenagens àqueles que sucumbiram ou ainda estavam impedidos de retornar ao Brasil.

Conclusão

O movimento estudantil pré-1964 mostrava divisões internas que percorriam todo o espectro político democrático. Com o golpe Civil-Militar e os primeiros esforços na Operação limpeza e o **AI-1 e 2**, há o primeiro refluxo do ME que passa a ser analisado como exclusivamente esquerdista.

A abordagem do Regime ao movimento social foi maniqueísta a tal ponto que mesmo os contrários a Goulart e assumidamente membros da direita passaram a ser perseguidos ou viram a si mesmos como “não membros” do ME. A adoção da **Lei Suplicy de Lacerda (Lei 4.464/1964)** joga as organizações estudantis para o limbo da ilegalidade, validando repressão e perseguição ao mesmo tempo em que deslegitima os estudantes.

Políticas Públicas como **MEC-USAID** usaram do maniqueísmo direita X esquerda para sucatear a educação e vilanizar professores e alunos que em grande maioria tinham como foco de manifestação às questões educacionais em 1966.

Com a crescente repressão completamente desproporcional ao real poderio de resistência da sociedade civil, vários setores da sociedade, encabeçados pelo ME e dos partidos Socialistas e Comunistas passaram a se articular pelo fim do Regime, criando uma “bomba” política que estoura em 1968 com a morte de Edson Luiz, tornando o então estado de Guanabara o epicentro das revoltas estudantis.

Com a escalada de tensão gerada pela invasão da UNB e o infeliz discurso de Márcio Moreira Alves, o Regime se endurece e baixa o **AI-5**. Nesse ponto é que vemos uma radicalização da esquerda, formada em boa parte por ex-estudantes que foram expulsos graças a atos normativos e legais tais como **DL 477/69**.

Com Médici há a maior e mais acirrada perseguição aos movimentos sociais, no ânimo de ter inimigos militarizados a Ditadura super-dimensiona as guerrilhas e usa-as como uma validação para suas atividades repressivas. A guerrilha no Brasil foi mirrada - extremamente localizada, e esmagada em pouco tempo, nos anos que seguiram com a Junta Militar e o governo Médici.

Esmagada toda forma de oposição democrática ou guerrilheira o Regime promete abertura com a eleição de Geisel em 1974, com um breve alívio dos grilhões, que tornam a pesar em 1975 e 1976. Contudo e nos últimos anos de Geisel que o ME retorna, as greves estudantis desencadeadas desde 1975 por todo o País a princípio focadas em questões educacionais fortemente reprimidas, logo passam a reivindicar o fim da ditadura e a Anistia Política.

A reconstrução da UNE e a **Lei de Anistia de 1979** representaram os primeiros tímidos passos em direção à democratização e liberdade do ME. Contudo, muitos ainda seriam brutalmente torturados e injustamente presos no governo de João Figueiredo. A análise das idas e vindas do ME nos anos de Chumbo expõe a natureza vanguardista dos estudantes, são eles que tomam as ruas pela primeira vez frente ao Regime, tanto antes, como após o AI-5, e dão início às greves sociais, que mais tarde passariam a ser a primeira fase do ciclo de greves (1978-2007) da transição democrática brasileira.

A ditadura, extremamente legalista que cria que aquilo que não está positivado não existe, tentou esmagar movimentos sociais através da negação de sua existência no mundo das leis. A ilegalidade e criminalização de ambientes em que possa existir comunicação entre sujeitos membros de um grupo social pode levar à fragilização do movimento. Contudo, o ME contava com a recorrente congregação dos seus nas escolas e universidades, aquilo que os caracteriza não era a UNE, UBES ou qualquer outra entidade representativa, mas sim a Instituição de Ensino onde se encontravam.

Não há toa vemos os estudantes por mais de um vez ao longo do regime resistindo no interior da própria Universidade, por vezes tentando defender o patrimônio da Instituição contra movimentos reações e a polícia.

O que garantiu, pois a sobrevivência do ME até no período estéril dos anos Médici foi justamente sua existência enquanto movimento social, não dependente de órgãos representativos para existir.

Referências

SILVA, Técio Lins e. - **O que é ser advogado: memórias profissionais de Técio Lins e Silva** / em depoimento a Fernanda Pedrosa – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005

SOUSA, Luana Monteiro; MATOS, Camila Saraiva de; SUCUPIRA, Tânia Gorayeb. **O ensino superior e a repressão: memórias dos pós-1964**. In: VASCONCELOS, José Gerardo; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (orgs.). Foucault, educação e os construtos de uma sociedade. Fortaleza: Gráfica e Editora Imprece, 2015. p. 31-47.

CORDEIRO, Janaina M. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.22, nº 43, jan/jun de 2009, p.85-104

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos. **Análise Histórica das Constituições Brasileiras**. PONTO-E-VÍRGULA (PUCSP). São Paulo: v. 10, p. 217-244, 2011.

VENTURA, Zuenir. – **1968: O Ano que não terminou** – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ABAL, Felipe C. RECKZIEGEL, Ana Luisa S. **O Primeiro condenado à morte na República: Theodomiro Romeiro dos Santos e a Justiça Militar**. In: História & Perspectivas, Uberlândia, jan/jun. 2018, p.175-188

MÜLLER, Angélica. **“Você me prende vivo, eu escapo morto”**: a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 167-184 - 2011

SIRKIS, Alfredo. - **Os Carbonários** - Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SOUZA SANTOS, Jordana de. **A Repressão ao Movimento Estudantil na Ditadura Militar**. In: Aurora, São Paulo: 2009, ano III, nº5, dez, p. 101-108.

Lucia Grinberg; Maria Paula Nascimento Araujo & Samantha Quadrat (orgs.) - **50 anos do golpe: debates discentes**. – Niterói - RJ: PPGHistória- UFF, 2016.

BAREL, Moisés Stefano. **A propaganda ideológica sobre Ernesto Geisel em Manchete e Veja**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

HUERTA, José Luis Hernández. - **Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. de calabouço à missa do sétimo dia** - Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 22 n. 54 jan./abr. 2018 p. 47-70.

Centro de Inteligência do Ministério do Exército Brasileiro - CIE. (1980). Relatório - **Análise da subversão no Brasil em 1979**. Brasília. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1839048&v_aba=1>. Acesso em: 16/08/2019

MELO, José M. **Fragmentos da memória de um professor de Jornalismo: perplexidades evidentes no tardio itinerário do anistiado político**. In: Intercom, São Paulo, vol. 38, nº2, jul/dez 2005, p. 291-315.

ANDRADE, Auro Moura, 1915-1983. Na presidência do Congresso Nacional, declara vaga a Presidência da República. In: **Grandes momentos do parlamento brasileiro**. Brasília: Senado Federal, 1998. v. 1, CD 4

MANHÃ Cinzenta. Direção e Produção: Olney São Paulo. Brasil: Santana Filmes, 1969. 1 filme (21 min), son., P/B, DVD.

NASCIMENTO, Higor C. **A Arma da Crítica e a Crítica das Armas: A trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI-GB/MR-8) Na Luta Armada Contra a Ditadura Civil-Militar Brasileira. (1969-1972)**. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. **Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Pedro Cruz Galvão de Lima**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (56min e 15seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1278>>. Acesso em: 16/08/2019

Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**; v. 1, 2 e 3 – Brasília: CNV, 2014.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. **Perseguição ao Movimento Estudantil Paulista** - Relatório -Tomo I - Parte II - São Paulo: 2014

PORTILHO, Aline dos Santos. **Praia do Flamengo 132 : memória, reparação e patrimonialização da União Nacional dos Estudantes**. - Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientador: Mario Grynszpan. 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas?** - Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p. 116-132, dez. 2015

SALOMÃO, Ivan. **Da distensão política à nova república: apontamentos sobre a vitória oposicionista no colégio eleitoral** - Textos e debates, Boa Vista, n.32, p. 53-74, jan./jun. 2019

VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições Brasileiras.** - São Paulo: LeYa, 2011.

SANTOS SILVA, Anderson Luís. **Após a longa noite: as jornadas grevistas de 1975 na UFBA.** 136f. Orientador: Prof.º Dr.º Carlos Zacarias de Sena Júnior Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

CODATO, Adriano Nervo. **O General e o político no fio da navalha.** Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37 São Paulo June 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-690919980002&lng=en&nrm=iso>

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. UNB: 2015. (CATMV - UnB) Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/relatorio_comissao_da_verdade.pdf>

ALMEIDA, Dionarah L. R. **A repressão política praticada no interior das universidades durante o governo geisel (1974-1979) e a resistência estudantil.** Brasília: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia. 24 a 28 de jul, 2017. Disponível em: <<https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#D>>